

No Dia do Trabalhador, veja opções de carreiras públicas e contratos

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

No Dia do Trabalho, conheça quais são as principais carreiras do serviço público e os tipos de contrato. Neste 1º de maio é comemorado o Dia do Trabalhador e não podemos esquecer aquele que é também um dos mais importantes para o bom funcionamento da sociedade: o serviço público. Apesar de alguns setores ainda questionarem o papel do Estado e de seus servidores no atendimento à população, é comprovado que esses serviços e profissionais são indispensáveis. Principalmente por oferecerem atendimentos essenciais gratuitamente. Entre os principais pilares do serviço público podemos destacar a Saúde, a Educação e a Segurança. Mas outras áreas de grande importância também são abrangidas, como a Jurídica. No dia do trabalho, conheça melhor as áreas e contratações no serviço público (Foto: Reprodução/ Pixabay) Serviços públicos atendem milhões de brasileiros E esta importância é fácil de perceber. A Defensoria Pública da União, por exemplo, é essencial no interior dos Estados. O órgão é quem trabalha para resguardar o direito de pessoas de baixa renda no âmbito da Justiça Federal, que não podem, muitas vezes, arcar com custos de advogados. A DPU também atua perante grupos socialmente vulneráveis. Como, por exemplo, pessoas em situação de rua, idosos, pessoas com deficiência, mulheres, a população LGBTQIA+, indígenas, migrantes, refugiados e catadores de recicláveis. + Concurso DPU: o que falta para o edital sair? Descubra! No que tange aos serviços essenciais (Saúde, Segurança e Educação) a importância é ainda mais evidente. Uma pesquisa do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), por exemplo, mostra que 69,7% dos brasileiros não possuem plano de saúde particular. E dentro deste grupo cerca de 44,8% dos entrevistados disseram utilizar o Sistema Único de Saúde (SUS). A maior parte (51,4%) pertence às classes C, D e E. Enquanto isso, as escolas públicas brasileiras são responsáveis hoje pela educação de cerca de 45 milhões de alunos, segundo o Inep. Este número envolve todos os níveis e modalidades de ensino, inclusive o superior. Sobre Segurança Pública, nem precisamos falar. O Brasil tem 14 cidades no ranking das 50 mais perigosas do mundo, segundo dados de 2019. E isso apenas reforça a necessidade valorizar e fortalecer os órgãos da Segurança. + Ministério da Justiça e Segurança Pública autoriza novo concurso Para que todos esses serviços funcionem é preciso, é claro, de profissionais qualificados e empenhados. Por isso, desde os professores, médicos, técnicos de enfermagem, garis, policiais, técnicos e diversos outros trabalhadores que também fazem parte do serviço público merecem ser lembrados nesta data. As carreiras mais cobiçadas do serviço Conhecendo as principais áreas de atuação do serviço público, talvez você esteja se perguntando: qual delas prestar um concurso? Para ajudar na decisão sobre qual caminho seguir, FOLHA DIRIGIDA listou as que mais chamam atenção de candidatos e as mais bem remuneradas. Os dados são de um estudo realizado pela FGV Social (Fundação Getúlio Vargas), publicada pelo O Globo. De acordo com os resultados, entre as dez carreiras com os maiores ganhos no Imposto de Renda no Brasil, sete têm ingresso por concurso público. 1º Titulares de cartório Média salarial: R\$17,6 mil por mês Escolaridade: bacharel em direito ou ter completado dez anos de exercício de função Como ingressar: concurso público para cartório (outorga de delegação de serviços notariais e de registros públicos) É importante destacar que nesses casos os salários não são provenientes do Estado. Mas dos serviços prestados à população. Segundo a Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg/BR), parte da receita vai para o Tribunal de Justiça e outros entes públicos. 2º Membros do Ministério Público Concurso MPU está entre os mais próximos (Foto: Agência Senado) Salário: pode chegar a R\$53,2 mil (cargos de alto escalão, como o de procurador) Escolaridade: nível superior Como ingressar: concurso MPU Para os interessados com apenas o nível médio de escolaridade, os salários do Ministério Público da União podem chegar a mais de

R\$7 mil mensais. 3º Membros do Poder Judiciário Salário: média de R\$52,8 mil por mês Escolaridade: nível superior Como ingressar: concursos TJ's + Concurso TJ 2020: saiba quais tribunais podem abrir vagas este ano Para os cargos de nível médio, os ganhos podem atingir mais de R\$7 mil por mês. Já para analistas judiciários (nível superior), o valor pode passar de R\$11.876,31. 4º Diplomata Salário: pode chegar a R\$35,3 mil Escolaridade: nível superior em qualquer área Como ingressar: concurso Diplomata (MRE) 5º Advogado do setor público Salário: média de R\$29,9 mil mensais Escolaridade: nível superior em Direito Como ingressar: concursos diversos 6º Servidor de carreira do Banco Central Salário: pode chegar a R\$27,5 mil por mês Escolaridade: níveis médio ou superior Como ingressar: concurso Bacen 7º Servidores de carreira de auditoria fiscal e de fiscalização Salário: até R\$27,1 mil por mês Escolaridade: nível superior em diversas áreas Como ingressar: concursos da área fiscal Conheça as principais formas de contratação no serviço público Ao ler editais de contratação de pessoal publicados por órgãos públicos, certamente você notou que existe mais de um tipo de contratação. Em relação ao tempo de permanência, ela pode ser efetiva ou temporária. Já no que se refere ao regime jurídico do contrato, ele pode ser estatutário ou celetista. No primeiro caso, a diferença é evidente: contratos efetivos são permanentes e os temporários possuem um prazo determinado para terminar. O tempo, nesse segundo caso, pode variar de seis meses a 4 anos (com a prorrogação). + MP alterou regras para contratação temporária em concursos federais Agora, em relação aos regimes jurídicos, muitos pensam que a diferença está na estabilidade. Mas não é bem assim. Há profissionais celetistas na administração pública que também possuem a tal da estabilidade. As principais diferenças entre essas duas formas da contratação podem ser resumidas da seguinte forma: Regime estatutário - é aquele encontrado apenas dentro da Administração Pública direta (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), autarquias e fundações públicas. Possui leis específicas com direitos, obrigações e regime disciplinar do servidor. Regime celetista - encontrado nas empresas públicas e sociedades de economia mista, é o regime regido pela CLT por um contrato de trabalho. A diferença entre o estatutário e o celetista é que o primeiro é legal, com uma lei específica, e o outro é contratual, segundo especialista Alexandre Prado. Quem sabe no próximo ano você, futuro servidor, também não esteja comemorando esta data como um trabalhador do serviço público? Saiba mais sobre os regimes jurídicos com Alexandre Prado e a estabilidade em contratos celetistas:



